GESTAÇÃO POR OUTREM

MICHELE COSTA DA SILVEIRA ANDRADE PINHEIRO⁶

Data da defesa: 21/12/2004

RESUMO

O presente estudo trata de aspectos jurídicos concernentes a um tipo especial de reprodução humana medicamente assistida conhecida como “gestação por outrem”. A primeira parte do trabalho é endereçada às mais importantes indagações referentes à relação entre esta técnica e os direitos fundamentais da pessoa no Brasil. O objetivo é reconhecer ou não a existência real e efetiva de um “direito à procriação” consagrado pelo ordenamento jurídico brasileiro. Também são examinadas as pretensas abordagens legais e a atual omissão legislativa sobre o tema no Brasil. A segunda parte do estudo pretende identificar os principais aspectos relevantes da gestação por outrem e suas consequências jurídicas, como a possibilidade da existência de um chamado “contrato de gestação por outrem”, sua licitude, incluindo uma breve descrição dos projetos de lei que têm sido discutidos no Congresso Nacional (Senado Federal e Câmara de Deputados). Além disso, também o novo Código Civil Brasileiro nos aspectos que respeitam à paternidade e à filiação, foi levado em conta. O estudo pretendeu enfatizar e indagar importantes questões, com o propósito de oferecer algum norte na descoberta de possíveis soluções para os dilemas jurídicos que envolvem a gestação por outrem, para superar eventuais obstáculos, não perdendo de vista o mais importante aspecto que tem de ser levado em conta nessa situação: o melhor interesse da criança nascida através dessa técnica.

---

⁶ A banca foi composta pela Professora Doutora Maria Cláudia Crespo Brauner, Professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Doutora em Direito pela Université de Rennes I, França; pelo Professor Doutor Carlos Silveira Noronha, Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo, e pela Professora Doutora Maria Alice Costa Hofmeister, Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. A referida defesa foi presidida pela Professora Doutora Cláudia Lima Marques, Professora Titular de Direito Internacional Privado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Doutora em Direito pela Universidade de Heidelberg – Alemanha, orientadora do referido trabalho.